



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023

CÓD. DE REGISTRO DE INFORMAÇÃO (E-SFINGE): 6438D43FF746AC1F7445C2747E8C1309363D2133

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Prefeita Municipal **Sra. Neiva Kleemann Toniolo**, torna público aos interessados que está promovendo o **Processo Licitatório nº 04/2023**, na modalidade **Pregão Presencial nº 03/2023**, do tipo **menor preço por item**, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº D/2.387/2007, de 23 de julho de 2007, disposições constantes da Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Complementar Federal nº 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2. Os envelopes contendo: o credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação, serão recebidos pelo pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, CEP 89.745-000, até às 08h45min. do dia **31 de janeiro de 2023**, iniciando-se a Sessão Pública às 09h00min. do mesmo dia e local.

2. OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para serviço de transporte escolar municipal, para os alunos devidamente matriculados na rede municipal e estadual de ensino no Município de Presidente Castello Branco/SC, referente ao ano letivo de 2023, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I do presente Edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias previstas no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2023, conforme classificação abaixo:

06	SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
01	Diretoria Municipal de Educação
2.012	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
3.3.90.00 0146	Aplicações Diretas
2.015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00 0022	Aplicações Diretas
2.022	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO
3.3.90.00 0000	Aplicações Diretas

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

4.1. A participação neste Pregão é destinada a **ampla concorrência**, respeitando a redação do Art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, por esta ser a opção mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, em razão da natureza da contratação e especificidade dos itens licitados, bem como, a maior vantagem econômica à Administração, não se aplica ao presente certame o disposto no Art. 48, incisos I, II e III da Lei Complementar nº 123 de 2006 e suas atualizações.

4.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Em fase de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.



5. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo: o credenciamento, as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em três envelopes distintos, fechados, contendo a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº 01 - CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
DEPARTAMENTO DE COMPRAS / LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
DEPARTAMENTO DE COMPRAS / LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:

ENVELOPE Nº 03 - HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
DEPARTAMENTO DE COMPRAS / LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023
NOME DA PROPONENTE:
CNPJ:

6. CREDENCIAMENTO

6.1. No horário e local estabelecido para a realização da sessão pública, o interessado ou seu representante legal deverá apresentar ao pregoeiro:

- a) Estatuto Social acompanhados de todas as alterações ou consolidações respectivas.
- b) Declaração que comprove a posse de poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, através de procuração registrada em cartório ou conforme modelo sugestivo no Anexo II deste Edital.
- c) A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- d) O representante legal ou o procurador deverá apresentar anexado a carta de credenciamento ou a procuração, cópia de documento de identificação pessoal com foto, sendo admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante.
- e) Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão obrigatoriamente apresentar a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, expedida no ano de 2022.
- f) Deverá apresentar declaração com seleção de enquadramento em microempresa ou empresa de pequeno porte, contendo data, carimbo e assinatura do representante legal.
- g) Deverá também apresentar a declaração de ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo III, deste Edital.
- h) Apresentar declaração contendo o número de telefone, e-mail e responsável para contato, na finalidade de se proceder a intimação necessária referente aos atos do Processo de Licitação, sendo responsabilidade da proponente a manutenção do endereço eletrônico e pessoa responsável pela sua leitura diária.
- i) Os documentos devem estar em envelope próprio nos moldes do Item 5.1.
- j) Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A Proposta Comercial contida no Envelope Nº 02 vincula a contratada, devendo a mesma ser apresentada na forma digital e impressa devendo as mesmas serem correspondentes, conforme requisitos



indicados nos subitens a seguir:

7.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, sob pena de desclassificação.

- a) Devidamente impressa, datada, carimbada e assinada pelo responsável pela empresa em todas as páginas e anexos.
- b) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.
- c) Conter o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos referente ao preço da cotação. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos.
- d) Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas conforme o anexo IV deste Edital;
- e) Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação;
- f) Identificar a agência bancária e conta corrente de titularidade da proponente para realização de pagamentos conforme o anexo V deste Edital.
- g) Dar garantia mínima e assistência técnica de 12 (doze) meses a contar da data da entrega do objeto.

7.3. Sob pena de desclassificação do presente processo licitatório, a empresa participante, deve obrigatoriamente, apresentar a proposta em meio magnético (Pen Drive ou CD-ROM) a fim de que a mesma possa ser importada para o sistema Betha Compras utilizado pela Administração Pública Municipal.

7.3.1. A critério do pregoeiro, poderá o arquivo magnético ser suplementado ou corrigido, quando conter mera inconsistência que venha a proposta trazer vantagens à Administração;

7.3.2. A responsabilidade pela integridade da proposta gravada em meio magnético, é exclusiva da empresa participante;

7.3.3. Informamos aos interessados que para preencher os campos de marca e valor unitário do arquivo proposta deverá usar o programa Compras-Auto Cotação, que pode ser obtido gratuitamente no site da Betha Sistemas. (<http://download.betha.com.br/>) versão 2.024 ou superior.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes, deverão apresentar no Envelope nº 03 a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;

8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

8.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.4.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.7. Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme anexo VI deste Edital.

8.5. Qualificação Econômico-Financeira,

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.6. Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por: tabelião de notas ou por servidor do Município de Presidente Castello Branco/SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

8.7. O pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em seção pública presencial, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis.

9.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata, com o acompanhamento de todos os participantes.

9.3. Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos uma oferta nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.4. Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste Pregão será o **menor preço por item**, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme anexo I.



9.5. No curso da sessão pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como, a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

9.7. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.9. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.9.1. O empate mencionado no *caput* deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.1.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 9.9 será convocada pelo Pregoeiro, para no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.9.1.2. Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

9.9.1.4. Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

9.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

9.11. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 03 referente à documentação, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

9.12. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

9.13. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

9.14. Da Sessão Pública do Pregão serão lavradas ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo



pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Tendo o licitante manifestado à intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem às contra razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro efetuadas mediante correio eletrônico (e-mail) fornecido na sessão pública, e será(ão) encaminhados a Autoridade Competente, devidamente informados, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11. ADJUDICAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

12.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e em seus anexos.

13. CONDIÇÕES DE ENTREGA, REAJUSTE E VIGÊNCIA

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, caso haja prorrogação, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.1.2. Para fins de revisão de preços decorrente de eventualidade não prevista, quando considerada a situação de alteração praticada pelo fornecedor de produtos da proponente, este deverá ser comprovado



através de apresentação de Nota Fiscal de aquisição do item a ser revisado, anterior e posteriormente ao valor contratado, cujo índice de reajuste será deliberado pela contratante, considerando os limites percentuais máximos da tabela de custos variáveis.

13.1.3. Para análise de eventual revisão o contratado deverá por ocasião da celebração do contrato, ou anexo específico, fazer a indicação do fornecedor ou fornecedores do produto fornecido a Administração.

13.1.4. Os serviços serão prestados de acordo com a especificação de cada trajeto, em dias previamente estipulados por meio do calendário escolar da rede Municipal e Estadual de Ensino para o exercício 2023.

13.1.5. A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogável por até 48 meses na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

13.2. A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos itens licitados, de forma individualizada em cada item contratado. Após o dia 31 de dezembro de 2023, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao contratado, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento devido à empresa vencedora será efetuado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal, conferência dos serviços prestados e atestado do fiscal de contrato nomeado pelo município nesta nota.

14.2 O pagamento será efetuado através de crédito em conta, ou boleto bancário emitido pela empresa.

14.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a(o) Contratada(o) providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

15.1. Assumir a responsabilidade pela prestação dos serviços, bem como, por quaisquer danos decorrentes durante o fornecimento, causados a esta municipalidade ou a terceiros.

15.2. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

15.3. Prestar os serviços de acordo com as condições, conforme especificações e local constantes no Edital e seus anexos.

15.4. Pré-requisitos do condutor:

- a) Idade superior a 21 anos;
- b) Habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;
- d) Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte escolar;
- e) Não ter cometido falta grave ou gravíssima, caracterizada como infração de trânsito nos últimos 12 meses;

15.5 Pré-requisitos do transporte:

- a) Deve possuir cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- b) Seguro obrigatório contra acidentes do veículo a ser utilizado na prestação de serviço de transporte escolar da adjudicatária;
- c) Veículos com até 18 (dezoito) anos de uso, contados desde o ano da fabricação, ou seja, ano de fabricação igual ou superior 2004.
- d) Registrador de velocidade (tacógrafo), sendo que os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, em caso de vistoria especial realizada pelo Detran, e conforme o modelo de veículo.
- e) Extintor de incêndio obedecendo às normas do CONTRAN.
- f) Apresentação diferenciada com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e na traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta;
- g) Laudo de vistoria do veículo, certificando o atendimento ao art. 136 da Lei nº 9.503/1997, bem como a vistoria interna do veículo atestando boas condições estéticas, como cortinas, assentos dentre outros.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1. O Município ficará obrigado à:

- a) Receber os serviços no prazo e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos



- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2 Cabe ao Município de Presidente Castello Branco/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto determinar:

- a) Os horários;
- b) Os itinerários;
- c) A lotação máxima do veículo;
- d) As características do veículo para a operação da linha;
- e) A emissão de relatório constatando a quilometragem percorrida diariamente e a quantidade de dias letivos do mês para emissão da Nota Fiscal.

17. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

17.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

17.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sendo cabível a aplicação das sanções previstas em contrato, a serem fixadas pela autoridade competente.

17.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação dos serviços licitados;
- b) Prestação dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste Edital.
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da empresa;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- j) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

17.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



- 18.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. Não mantiver a proposta;
- 18.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 18.3.1. Advertência;
 - 18.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 18.3.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - 18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, deste modo podendo ser protocolada até 09hrs do dia 26 de janeiro de 2023.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@castellobranco.sc.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Alberto Ernesto Lang, 29, Centro do Município de Presidente Castello Branco/SC na seção de protocolo.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- 20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.3. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº D/2.387/2007, de 23 de julho de 2007.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

20.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

20.13. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

20.14. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá o pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.15. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

20.16. Os respectivos fiscais de contratos serão nomeados na oficialização dos contratos.

20.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.castellobranco.sc.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Alberto Ernesto Lang, 29, Centro, Município de Presidente Castello Branco/SC nos dias úteis, no horário das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00, e/ou pelo telefone (49) 3457-1122 e/ou endereço eletrônico: <licitacao@castellobranco.sc.gov.br>.

20.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Relação de Preços de Mercado e Preços Máximos Admitidos por item e tabela de custos;

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

ANEXO IV – Declaração firmando que o objeto ofertado atende a descrição do edital;

ANEXO V – Declaração de identificação de agência bancária e conta corrente;

ANEXO VI – Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988;

ANEXO VII – Minuta de Contrato.

Presidente Castello Branco/SC, 13 de janeiro de 2023.

NEIVA KLEEMANN TONIELO
PREFEITA MUNICIPAL



ANEXO I - RELAÇÃO DE PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR ITEM

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

Item	Qtd	Und	Especificação	Valor/km Máximo	Valor Total
01	3.838	Km	<p>TRAJETO 01: LINHA BANHADÃO, RANCHO GRANDE, RAMAL DURIGON, IMIGRA E CABECEIRA DOIS IRMÃOS, BAIRRO FLORESTA.</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros.</p> <p>Horário de saída escola/casa: Segunda-feira: 18h30min, terça-feira: 18h30min, quarta-feira: 19h, quinta-feira: 18h30min, sexta-feira: 18h30min.</p> <p>Roteiro: Escola/Casa vespertino Novo Ensino Médio</p> <p>Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, com embarque dos estudantes do novo Ensino Médio. Seguindo pela estrada geral, no mesmo roteiro Escola/Casa realizando o desembarque no mesmo ponto de embarque dos seguintes estudantes: Gabrieli Kich e Samuel dos Santos no abrigo de passageiros do Bairro Floresta. Segue pela estrada geral para Linha Cabeceira Dois Irmãos, adentrando na encruzilhada que dá acesso a residência das estudantes Amanda Pawlak e Tuane Lucas, onde será seu ponto de desembarque, retorna e segue pela estrada geral até a comunidade de linha Imigra com ponto de desembarque do estudante Cleberson Albara na encruzilhada que dá acesso a sua residência, retorna e segue pela estrada geral até o abrigo de passageiros próximo a residência do estudante Fabricio Bonotto, segue pela estrada geral para a comunidade de Linha Rancho Grande com ponto de desembarque da estudante Sofia Borsatti, na encruzilhada que dá acesso à sua residência, segue pela estrada geral com ponto de desembarque do estudante Gabriel Forquezato na encruzilhada que dá acesso em frente a sua residência.</p>	R\$ 7,61	R\$ 29.207,18
02	4.040	Km	<p>TRAJETO 02: LINHA CABECEIRA DOIS IRMÃOS, LINHA SALTO DA PRAIA E LINHA DIVISA.</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros.</p> <p>Horário de saída escola/casa: 22h</p> <p>Roteiro: Escola/Casa noturno</p> <p>Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, seguir pela estrada geral com direção a Linha Cabeceira Dois Irmãos, adentrar na encruzilhada que dá acesso a residência da estudante Alexandra Pedroso, onde será seu ponto de desembarque,</p>	R\$ 7,06	R\$ 28.522,40



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			seguir adentrando pela estrada central do Bairro Floresta com desembarque da estudante Sofia Matiolo, retornar para a comunidade de Salto da Praia, realizando o desembarque dos estudantes Eduarda Ribeiro e Ana Carolina da Luz na Acapi, retornar e seguir pela estrada geral até Linha Divisa, na encruzilhada de acesso à Linha Caravágio onde será o ponto de desembarque da estudante Camili de Marco seguindo pela estrada geral até as residências dos estudantes Lucas Albara e Cauê Jochkeck.		
03	2.626	Km	TRAJETO 03: LINHA TAQUARAL E LINHA IMIGRA. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Horário de saída escola/casa: 22h Roteiro: Escola/Casa noturno Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, seguir pela estrada geral com direção a Linha Taquaral, adentrar na encruzilhada que dá acesso a residência do estudante Yago Ramm, onde será seu ponto de desembarque e seguir pela estrada geral passando pela propriedade do Sr. Euclides Rosa até Linha Imigra, seguindo pela estrada que dá acesso as propriedades dos alunos Gabriel Cador e Arthur Zanesco.	R\$ 7,11	R\$ 18.670,86
04	1.818	Km	TRAJETO 04: LINHA SALTO DA PRAIA Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022 Horário de saída escola/casa: 11h30min Roteiro: Escola/Casa matutino Iniciar o roteiro no Centro Educacional de Ensino de 1º Grau com embarque dos estudantes da rede municipal iniciando o desembarque da estudante Danieli Urban no acesso a sua propriedade, retornar e seguir pela estrada geral para EEB Dois Irmãos para embarque dos estudantes da rede estadual, realizando o desembarque coletivo nas proximidades do Posto de Combustível na Rua Paraná dos estudantes Joaquin Turatto, Enzo Miotto e Ana Livia Matiolo. Seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros onde será o ponto de desembarque do estudante Enzo Kuntz. Seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros em frente à Casa dos Chás para o desembarque dos estudantes: Eloisa Soster, Felipe Zanesco, Vitor e Iago Dalbello, seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros próximo da ACAPI, para o desembarque dos estudantes: João Dvajoski, Cauane de Lorena e Vitor Sartori, seguindo até a encruzilhada, onde será o ponto de desembarque da estudante Aline Hofmann, seguir até a propriedade para o desembarque dos estudantes Leonel e Leonardo Grotto.	R\$ 8,49	R\$ 15.434,82
05	5.272	Km	TRAJETO 05: LINHA SÃO LUIZ E SALTO DA PRAIA.	R\$ 8,55	R\$ 45.075,60



			<p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022 Horário de saída escola/casa: 11h30min Roteiro: Escola/Casa matutino Casa/Escola vespertino Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos com embarque dos estudantes, seguir para a comunidade de São Luiz iniciando com o desembarque dos estudantes Cauane Gorlin e Kaike Miotto em na encruzilhada, adentrar na encruzilhada até a propriedade do estudante Iago Lovato, retornar e seguir pela estrada geral para o desembarque da estudante Emanuelli Mores, seguir até em frente residência do estudante Arthur Forquezato, onde será seu ponto de desembarque, seguir pela estrada geral até em frente residência do estudante Arthur Matiolo, onde será seu ponto de desembarque, seguir na estrada geral até a encruzilhada (próximo ao antigo secador) onde será o ponto de desembarque coletivo dos estudantes Gabriela Bazzo, Sabrina Bazzo e Adriano Miotto. Retornar e pela estrada geral até o ponto de embarque da estudante Debora Beber na encruzilhada de acesso a sua residência, seguir pela estrada geral com ponto de embarque do estudante Higor Andreoni em frente a sua residência, seguir pela estrada geral até o ponto de embarque do estudante Alisson Ackerman em frente a sua residência. Seguir para a comunidade de Salto da Praia até o abrigo de passageiros próximo a ACAPI para o embarque dos estudantes Ana Carolina Sartori, Paulo Vinicius da Costa, Gabriele Cervelin e Gabriel Mello, retornar e seguir até o ponto de embarque dos estudantes Gregori da Silva e Kemili da Silva em frente a sua residência, seguir até o abrigo de passageiros próximo a Casa dos Chás para o embarque dos estudantes Diego Frigo e Gustavo Carletti, seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros para embarque do estudante Lorenzo Kuntz, seguir até o ponto de embarque do estudante Lucas Gemi próximo a sua residência. Seguir pela Rua Paraná com embarque do estudante Paulo Toniolo em frente a sua residência, deslocando-se em direção a EEB Dois Irmãos, com desembarque dos estudantes da rede estadual e seguir até o Centro Educacional de ensino de 1º Grau, com desembarque dos estudantes da rede municipal.</p>		
06	4.726	Km	<p>TRAJETO 06: LINHA SALTO DA PRAIA E LINHA SÃO LUIZ. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022 Horário de saída escola/casa: 17h Roteiro: Escola/Casa vespertino</p>	R\$ 8,46	R\$ 39.981,96



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			<p>Casa/Escola noturno Iniciar o roteiro no Centro Educacional de Ensino de 1º Grau com embarque dos estudantes da rede municipal, iniciar o roteiro com desembarque da estudante Ester Demim, em linha Cabeceira Dois Irmãos, seguir pela Rua Paraná com desembarque do estudante Paulo Toniolo em frente a sua residência, seguir em direção a comunidade de Linha Salto da Praia com desembarque do estudante Lucas Gemi na estrada geral próximo a sua residência, seguir até o abrigo de passageiros na encruzilhada para o desembarque do estudante Lorenzo Kuntz, seguir até o abrigo de passageiros nas proximidades da Casa do Chá para o desembarque dos estudantes Gustavo Carletti e Diego Frigo, seguir com ponto de desembarque da estudante Kemili da Silva em frente a sua residência, seguir para o abrigo de passageiros nas proximidades da ACAPI para o desembarque dos estudantes Ana Carolina Sartori, Paulo da Costa e Gabriel Fonseca de Mello e embarque das estudantes Ana Carolina da Luz e Eduarda Ribeiro. Retornar e seguir até a comunidade de Linha São Luiz com ponto de desembarque em frente à residência do estudante Alison Ackermann e na encruzilhada que dá acesso a residência do estudante Pedro Lovato para seu desembarque, seguir até a encruzilhada próxima a Escola São Luiz para o desembarque do estudante Henrique de Oliveira. Retornar até a EEB Dois Irmãos para o desembarque das estudantes.</p>		
07	13.231	Km	<p>TRAJETO 07: LINHA TAQUARAL, LINHA DIVISA, LINHA DOS FRIGOS, VILA NOSSA SENHORA DE LOURDES. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022. Horário de saída escola/casa: 06h15min Roteiro: Casa/Escola matutino Escola/Casa matutino Casa/Escola vespertino Iniciar o roteiro na comunidade de Linha Taquaral na encruzilhada de acesso a propriedade da estudante Ana Julia de Souza para seu embarque, seguir para a comunidade de Linha Divisa, para o embarque da estudante Kelly Jocheck em frente a sua propriedade, seguir até a encruzilhada de acesso a propriedade da estudante Larissa Rosa para o embarque da mesma, seguir, com ponto de embarque no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio, para o embarque da estudante Maria Baretta. Seguir até Linha dos Frigos, para o embarque dos estudantes Emanueli Dal Cortivo e Felipe Frigo. Seguir pela Vila Nossa Senhora de Lourdes, com</p>	R\$ 8,18	R\$ 108.229,58



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

		<p>ponto coletivo de embarque em frente à residência das estudantes Alice e Camile Ferrari, incluindo as estudantes: Larissa Broetto, Lívia Forquezato, Lara Ackermamm e Emily Ferrari. No fim do turno matutino, iniciar o roteiro na Escola Centro Educacional de Ensino de 1º Grau, com o embarque dos estudantes da rede municipal, deslocando até a EEB Dois Irmãos para o embarque dos estudantes da rede estadual de ensino, seguir pela estrada geral para o desembarque em ponto coletivo em frente à residência da estudante Camile Ferrari e também desembarque da estudante Lara Ackermamm. Seguir pela estrada geral até Linha dos Frigos, para o desembarque da estudante Emanuelli Dal Cortivo. Seguir pela estrada geral para o desembarque no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio da estudante Maria Bareta. Seguir na estrada geral em Linha Divisa para o desembarque da estudante Larissa Rosa na encruzilhada de acesso a sua propriedade seguir até em frente a propriedade, da estudante Kelly Jocheck para seu desembarque, seguir na estrada geral para Taquaral para desembarque da estudante Ana Julia de Souza na encruzilhada de acesso a sua propriedade. Retornar fazendo o roteiro Casa/Escola do período vespertino, com ponto de embarque do estudante Arthur Bareta e Camile de Marco no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio seguir pela estrada geral até a EEB Dois Irmãos.</p>		
TOTAL				R\$ 285.122,40

OBS: Os valores referente ao campo valor total, tem como base a quantidade de 202 (duzentos e dois) dias letivos



TABELA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023**

LINHA	PERCURSO DIÁRIO KM	VEÍCULO
CUSTOS FIXOS		
Despesa:		%
Pessoal		
Encargos		
Tributos		
Seguro Obrigatório		
Licenciamento		
IPVA		
Rastreamento via Satélite		
Seguro Terceirizado do Serviço		
CUSTOS VARIÁVEIS		
Despesa:		%
Combustíveis e Lubrificantes		50
Pneus		5
Peças e manutenção		5
Depreciação		5
Outros		5
VALOR TOTAL POR KM (R\$)		



ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade **Pregão Presencial nº 04/2023**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



ANEXO III - DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

DECLARAMOS para fins de participação no Procedimento Licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial nº 03/2023**, do Município de Presidente Castello Branco/SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 8 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2023.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS EM EDITAL
E DOS OBJETOS OFERTADOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, atende plenamente aos requisitos estabelecidos no presente edital, referente aos objetos ofertados do **Pregão Presencial Nº 03/2023**.

_____, em ____ de _____ 2023.



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE AGÊNCIA BANCÁRIA
E CONTA CORRENTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, identifica dados bancários para efetuação de pagamento.

Nome da Instituição Financeira:

Agência Bancária:

Conta Corrente:

_____, em ____ de _____ 2023.



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2023**

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

Representante Legal



ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Nº .../2023

Pelo presente instrumento de Contrato, **O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, 29 Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo municipal, **Sr.**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na Rua,, Município de/....., neste ato representado por seu Sócio, **Sr.**, brasileiro,, inscrito no CPF sob o nº, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 04/2023, modalidade Pregão Presencial nº 03/2023, data de abertura das propostas dia 31 de janeiro de 2023, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o edital de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviço de transporte escolar municipal, para os alunos devidamente matriculados na rede municipal e estadual de ensino no Município de Presidente Castello Branco/SC, referente ao ano letivo de 2023, conforme as especificações e quantidades que seguem abaixo:

Item	Qtd	Und	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
1	3.838	Km	TRAJETO 01: LINHA BANHADÃO, RANCHO GRANDE, RAMAL DURIGON, IMIGRA E CABECEIRA DOIS IRMÃOS, BAIRRO FLORESTA. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Horário de saída escola/casa: Segunda-feira: 18h30min, terça-feira: 18h30min, quarta-feira: 19h, quinta-feira: 18h30min, sexta-feira: 18h30min. Roteiro: Escola/Casa vespertino Novo Ensino Médio Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, com embarque dos estudantes do novo Ensino Médio. Seguindo pela estrada geral, no mesmo roteiro Escola/Casa realizando o desembarque no mesmo ponto de embarque dos seguintes estudantes: Gabrieli Kich e Samuel dos Santos no abrigo de passageiros do Bairro Floresta. Segue pela estrada geral para Linha Cabeceira Dois Irmãos, adentrando na encruzilhada que dá acesso a residência das estudantes Amanda Pawlak e Tuane Lucas, onde será seu ponto de desembarque, retorna e segue pela estrada geral até a comunidade de linha Imigra com ponto		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			de desembarque do estudante Cleber Albara na encruzilhada que dá acesso a sua residência , retorna e segue pela estrada geral até o abrigo de passageiros próximo a residência do estudante Fabricio Bonotto, segue pela estrada geral para a comunidade de Linha Rancho Grande com ponto de desembarque da estudante Sofia Borsatti, na encruzilhada que dá acesso à sua residência, segue pela estrada geral com ponto de desembarque do estudante Gabriel Forquezato na encruzilhada que dá acesso em frente a sua residência.		
02	4.040	Km	<p>TRAJETO 02: LINHA CABECEIRA DOIS IRMÃOS, LINHA SALTO DA PRAIA E LINHA DIVISA.</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros.</p> <p>Horário de saída escola/casa: 22h</p> <p>Roteiro: Escola/Casa noturno</p> <p>Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, seguir pela estrada geral com direção a Linha Cabeceira Dois Irmãos, adentrar na encruzilhada que dá acesso a residência da estudante Alexandra Pedroso, onde será seu ponto de desembarque, seguir adentrando pela estrada central do Bairro Floresta com desembarque da estudante Sofia Matiolo, retornar para a comunidade de Salto da Praia, realizando o desembarque dos estudantes Eduarda Ribeiro e Ana Carolina da Luz na Acapi, retornar e seguir pela estrada geral até Linha Divisa, na encruzilhada de acesso à Linha Caravágio onde será o ponto de desembarque da estudante Camili de Marco seguindo pela estrada geral até as residências dos estudantes Lucas Albara e Cauê Jochkeck.</p>		
03	2.626	Km	<p>TRAJETO 03: LINHA TAQUARAL E LINHA IMIGRA.</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros.</p> <p>Horário de saída escola/casa: 22h</p> <p>Roteiro: Escola/Casa noturno</p> <p>Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos, seguir pela estrada geral com direção a Linha Taquaral, adentrar na encruzilhada que dá acesso a residência do estudante Yago Ramm, onde será seu ponto de desembarque e seguir pela estrada geral passando pela propriedade do Sr.</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			Euclides Rosa até Linha Imigra, seguindo pela estrada que dá acesso as propriedades dos alunos Gabriel Cador e Arthur Zanesco.		
04	1.818	Km	<p>TRAJETO 04: LINHA SALTO DA PRAIA</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022</p> <p>Horário de saída escola/casa: 11h30min</p> <p>Roteiro: Escola/Casa matutino Iniciar o roteiro no Centro Educacional de Ensino de 1º Grau com embarque dos estudantes da rede municipal iniciando o desembarque da estudante Danieli Urban no acesso a sua propriedade, retornar e seguir pela estrada geral para EEB Dois Irmãos para embarque dos estudantes da rede estadual, realizando o desembarque coletivo nas proximidades do Posto de Combustível na Rua Paraná dos estudantes Joaquin Turatto, Enzo Miotto e Ana Livia Matiolo. Seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros onde será o ponto de desembarque do estudante Enzo Kuntz. Seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros em frente à Casa dos Chás para o desembarque dos estudantes: Eloisa Soster, Felipe Zanesco, Vitor e Iago Dalbello, seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros próximo da ACAPI, para o desembarque dos estudantes: João Dvajoski, Cauane de Lorena e Vitor Sartori, seguindo até a encruzilhada, onde será o ponto de desembarque da estudante Aline Hofmann, seguir até a propriedade para o desembarque dos estudantes Leonel e Leonardo Grotto.</p>		
05	5.272	Km	<p>TRAJETO 05: LINHA SÃO LUIZ E SALTO DA PRAIA.</p> <p>Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022</p> <p>Horário de saída escola/casa: 11h30min</p> <p>Roteiro: Escola/Casa matutino Casa/Escola vespertino Iniciar o roteiro na EEB Dois Irmãos com embarque dos estudantes, seguir para a comunidade de São Luiz iniciando com o desembarque dos estudantes Cauane Gorlin e Kaike Miotto em na encruzilhada, adentrar na encruzilhada</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			<p>até a propriedade do estudante Iago Lovato, retornar e seguir pela estrada geral para o desembarque da estudante Emanuelli Mores, seguir até em frente residência do estudante Arthur Forquezato, onde será seu ponto de desembarque, seguir pela estrada geral até em frente residência do estudante Arthur Matiolo, onde será seu ponto de desembarque, seguir na estrada geral até a encruzilhada (próximo ao antigo secador) onde será o ponto de desembarque coletivo dos estudantes Gabriela Bazzo, Sabrina Bazzo e Adriano Miotto.</p> <p>Retornar e pela estrada geral até o ponto de embarque da estudante Debora Beber na encruzilhada de acesso a sua residência, seguir pela estrada geral com ponto de embarque do estudante Higor Andreoni em frente a sua residência, seguir pela estrada geral até o ponto de embarque do estudante Alisson Ackerman em frente a sua residência. Seguir para a comunidade de Salto da Praia até o abrigo de passageiros próximo a ACAPI para o embarque dos estudantes Ana Carolina Sartori, Paulo Vinicius da Costa, Gabriele Cervelin e Gabriel Mello, retornar e seguir até o ponto de embarque dos estudantes Gregori da Silva e Kemili da Silva em frente a sua residência, seguir até o abrigo de passageiros próximo a Casa dos Chás para o embarque dos estudantes Diego Frigo e Gustavo Carletti, seguir pela estrada geral até o abrigo de passageiros para embarque do estudante Lorenzo Kuntz, seguir até o ponto de embarque do estudante Lucas Gemi próximo a sua residência. Seguir pela Rua Paraná com embarque do estudante Paulo Toniolo em frente a sua residência, deslocando-se em direção a EEB Dois Irmãos, com desembarque dos estudantes da rede estadual e seguir até o Centro Educacional de ensino de 1º Grau, com desembarque dos estudantes da rede municipal.</p>		
06	4.726	Km	<p>TRAJETO 06: LINHA SALTO DA PRAIA E LINHA SÃO LUIZ. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022 Horário de saída escola/casa: 17h</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

			<p>Roteiro: Escola/Casa vespertino Casa/Escola noturno Iniciar o roteiro no Centro Educacional de Ensino de 1º Grau com embarque dos estudantes da rede municipal, iniciar o roteiro com desembarque da estudante Ester Demim, em linha Cabeceira Dois Irmãos, seguir pela Rua Paraná com desembarque do estudante Paulo Toniolo em frente a sua residência, seguir em direção a comunidade de Linha Salto da Praia com desembarque do estudante Lucas Gemi na estrada geral próximo a sua residência, seguir até o abrigo de passageiros na encruzilhada para o desembarque do estudante Lorenzo Kuntz, seguir até o abrigo de passageiros nas proximidades da Casa do Chá para o desembarque dos estudantes Gustavo Carletti e Diego Frigo, seguir com ponto de desembarque da estudante Kemili da Silva em frente a sua residência, seguir para o abrigo de passageiros nas proximidades da ACAPI para o desembarque dos estudantes Ana Carolina Sartori, Paulo da Costa e Gabriel Fonseca de Mello e embarque das estudantes Ana Carolina da Luz e Eduarda Ribeiro. Retornar e seguir até a comunidade de Linha São Luiz com ponto de desembarque em frente à residência do estudante Alison Ackermann e na encruzilhada que dá acesso a residência do estudante Pedro Lovato para seu desembarque, seguir até a encruzilhada próxima a Escola São Luiz para o desembarque do estudante Henrique de Oliveira. Retornar até a EEB Dois Irmãos para o desembarque das estudantes.</p>		
07	13.231	Km	<p>TRAJETO 07: LINHA TAQUARAL, LINHA DIVISA, LINHA DOS FRIGOS, VILA NOSSA SENHORA DE LOURDES. Necessário veículo com capacidade mínima de 14 passageiros. Com monitor Lei Mun. 1944/2022. Horário de saída escola/casa: 06h15min Roteiro: Casa/Escola matutino Escola/Casa matutino Casa/Escola vespertino Iniciar o roteiro na comunidade de Linha Taquaral na encruzilhada de acesso a propriedade da estudante Ana Julia de Souza para seu embarque, seguir para a</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

		<p>comunidade de Linha Divisa, para o embarque da estudante Kelly Jocheck em frente a sua propriedade, seguir até a encruzilhada de acesso a propriedade da estudante Larissa Rosa para o embarque da mesma, seguir, com ponto de embarque no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio, para o embarque da estudante Maria Baretta. Seguir até Linha dos Frigos, para o embarque dos estudantes Emanueli Dal Cortivo e Felipe Frigo. Seguir pela Vila Nossa Senhora de Lourdes, com ponto coletivo de embarque em frente à residência das estudantes Alice e Camile Ferrari, incluindo as estudantes: Larissa Broetto, Lívia Forquezato, Lara Ackermamm e Emily Ferrari.</p> <p>No fim do turno matutino, iniciar o roteiro na Escola Centro Educacional de Ensino de 1º Grau, com o embarque dos estudantes da rede municipal, deslocando até a EEB Dois Irmãos para o embarque dos estudantes da rede estadual de ensino, seguir pela estrada geral para o desembarque em ponto coletivo em frente à residência da estudante Camile Ferrari e também desembarque da estudante Lara Ackermamm. Seguir pela estrada geral até Linha dos Frigos, para o desembarque da estudante Emanueli Dal Cortivo. Seguir pela estrada geral para o desembarque no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio da estudante Maria Baretta. Seguir na estrada geral em Linha Divisa para o desembarque da estudante Larissa Rosa na encruzilhada de acesso a sua propriedade seguir até em frente a propriedade, da estudante Kelly Jocheck para seu desembarque, seguir na estrada geral para Taquaral para desembarque da estudante Ana Julia de Souza na encruzilhada de acesso a sua propriedade. Retornar fazendo o roteiro Casa/Escola do período vespertino, com ponto de embarque do estudante Arthur Baretta e Camile de Marco no abrigo de passageiros próximo a ponte de acesso à Linha Caravágio seguir pela estrada geral até a EEB Dois Irmãos.</p>		
TOTAL			R\$	



CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE ENTREGA E DO PRAZO

3.1 Os serviços serão prestados de acordo com a especificação de cada trajeto, em dias previamente estipulados por meio do calendário escolar da rede Municipal e Estadual de Ensino para o exercício 2023.

3.2 A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos serviços licitados, de forma individualizada em cada item contratado. Após o dia 31 de dezembro de 2023, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao contratado, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O preço total ajustado para a prestação dos serviços é a importância de R\$ (.....), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o Contratante pagará à Contratada.

4.2 O pagamento devido à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal e atestado do fiscal de contrato nomeado pelo município, que será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela proponente participante e vencedora do certame, conforme anexo V, apresentado no momento da sessão pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.2 Dentro do prazo de vigência do contrato os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, caso haja prorrogação, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3 Para fins de revisão de preços decorrente de eventualidade não prevista, quando considerada a situação de alteração praticada pelo fornecedor de produtos da proponente, este deverá ser comprovado através de apresentação de Nota Fiscal de aquisição do item a ser revisado, anterior e posteriormente ao valor contratado, cujo índice de reajuste será deliberado pela contratante, considerando os limites percentuais máximos da tabela de custos variáveis.

5.4 Para análise de eventual revisão o contratado deverá por ocasião da celebração do contrato, ou anexo específico, fazer a indicação do fornecedor ou fornecedores do produto fornecido a Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias previstas no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2023, conforme classificação abaixo:

06	SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CLTURA E DESPORTO
01	Diretoria Municipal de Educação
2.012	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
3.3.90.00 0146	Aplicações Diretas
2.015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00 0022	Aplicações Diretas
2.022	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO
3.3.90.00 0000	Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Constituem direitos do Contratante receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

7.2 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita prestação dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato.



7.3 Cabe ao Município de Presidente Castello Branco/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto determinar:

- f) Os horários;
- g) Os itinerários;
- h) A lotação máxima do veículo;
- i) As características do veículo para a operação da linha;
- j) A emissão de relatório constatando a quilometragem percorrida diariamente e a quantidade de dias letivos do mês para emissão da Nota Fiscal.

7.4 CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Contratada, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) Prestar os serviços de acordo com as condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

7.5 Pré-requisitos do condutor:

- a) Idade superior a 21 anos;
- b) Habilitação para dirigir veículos na categoria D;
- c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;
- d) Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte escolar;
- e) Não ter cometido falta grave ou gravíssima, caracterizada como infração de trânsito nos últimos 12 meses;

7.6 Pré-requisitos do transporte:

- a) Deve possuir cinto de segurança em boas condições e para todos os passageiros;
- b) Seguro obrigatório contra acidentes do veículo a ser utilizado na prestação de serviço de transporte escolar da adjudicatária;
- c) Veículos com até 18 (dezoito) anos de uso, contados desde o ano da fabricação, ou seja, ano de fabricação igual ou superior 2004.
- d) Registrador de velocidade (tacógrafo), sendo que os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, em caso de vistoria especial realizada pelo Detran, e conforme o modelo de veículo.
- e) Extintor de incêndio obedecendo às normas do CONTRAN.
- f) Apresentação diferenciada com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e na traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta;
- g) Laudo de vistoria do veículo, certificando o atendimento ao art. 136 da Lei nº 9.503/1997, bem como a vistoria interna do veículo atestando boas condições estéticas, como cortinas, assentos dentre outros.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

8.2 Ainda nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA

9.1 A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

9.2 A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogável por até 48 meses na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. representando neste ato o Município, conforme Portaria nº, de de de 2023, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Onze.

13.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
- II. Entrega de objeto fora das especificações constantes no edital;
- III. A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, assim como as de seus superiores;
- V. O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- VI. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. A dissolução da empresa;



- VIII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- X. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

13.4 Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº D/2.387/2007, de 23 de julho de 2007, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 03/2023, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.387/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Presidente Castello Branco (SC), de de 2023.

CONTRATANTE
NEIVA KLEEMANN TONIELO
Prefeita Municipal

CONTRATADA
CNPJ:

FISCAL DO CONTRATO
CPF:

Testemunhas:

ALEXANDRA SCHUMANN
CPF: 088.005.529-43

EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 021.252.659-66